



ARTIGO



A história das mulheres como conteúdo curricular na educação básica: uma revisão da literatura

Gisele Dall'Igna Dallorsoletta, *Universidade do Oeste de Santa Catarina*

Neiva Furlin, *Universidade do Oeste de Santa Catarina*

RESUMO: O objetivo do estudo é analisar as produções científicas sobre a inclusão da história das mulheres no currículo na educação básica. Trata-se de uma revisão bibliográfica de trabalhos indexados em bases de dados. A partir dos critérios estabelecidos, foram selecionadas seis produções que constituíram o *corpus* dos trabalhos, os quais foram analisados a partir de duas categorias analíticas: i) Lei n. 18.226/21; ii) História das Mulheres no currículo. A pesquisa aponta a existência de poucos estudos sobre a história das mulheres no currículo escolar. Todos os trabalhos são de autoria feminina e problematizam o silenciamento ou a ausência da história da contribuição das mulheres para a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: História das Mulheres. Currículo escolar. Lei n. 18226/21.



Introdução

A exclusão e a invisibilização das contribuições das mulheres nos relatos históricos têm sido uma das críticas do feminismo na academia e dos estudos de gênero em diferentes áreas do conhecimento, uma vez que isso afeta diretamente a construção das subjetividades femininas e a forma como as narrativas históricas são passadas para as futuras gerações.

A invisibilidade das mulheres na história da humanidade é um fenômeno global, como tem mostrado um estudo recente que problematizou a ausência das mulheres e de sua história nas políticas curriculares oficiais do Chile e do Peru (Gajardo; Gutiérrez; Fuentes, 2021). Em grande medida, os sistemas educacionais, com suas políticas curriculares, reproduzem essa invisibilidade, como se as mulheres não tivessem tido participação ativa no desenvolvimento social, político, econômico e cultural da humanidade. Nessa direção, Jesús Marolla Gajardo, Nicol Gutiérrez e Nicole Fuentes (2021) argumentam que o currículo se articula como um instrumento e um mecanismo de reprodução da ordem social existente, mantendo e reproduzindo as desigualdades de classe, etnia e gênero.

Tal realidade reafirma o argumento de que nenhum currículo é neutro, mas sempre é construído em sintonia com os fenômenos sociais, políticos e culturais de determinada sociedade, como bem pontuou Michael W. Apple (2018, p. 59):

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos [...] Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto de tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo.

Isso evidencia que a construção do currículo é sempre atravessada por interesses e por estruturas dominantes que, em geral, têm a finalidade de conservar e justificar as formas de reprodução da ordem social (Butler, 2022); ou mesmo para impulsar transformações sociais, uma vez que os conteúdos educacionais são sempre produto de disputas políticas. Nesse sentido, a educação é um pilar fundamental para a transformação ou a continuidade de determinados padrões estabelecidos



na sociedade, uma vez que compreendemos os processos educacionais como entidades transformadoras ou reprodutoras.

Em se tratando da necessidade de visibilizar a história das mulheres e a sua contribuição para a sociedade, historiadoras feministas, como Joan Wallach Scott (1995) e Gerda Lerner (2019), lançaram luz sobre como a história oficial tem sido seletiva na narrativa e na representação das experiências femininas. Ressaltam a importância de resgatar as vozes silenciadas, reexaminando as fontes históricas tradicionais e reconstruindo narrativas para incluir as contribuições das mulheres em espaços de decisões políticas e na história. Contudo, apesar das contribuições e críticas advindas das teorias feministas e dos estudos de gênero, os currículos têm negligenciado conteúdos focados na história das mulheres e em sua contribuição para a história da sociedade.

Considerando que a educação é um campo primordial para as mudanças sociais, o Estado de Santa Catarina, com a atuação incisiva de uma deputada afinada com as pautas do movimento feminista acerca dos direitos das mulheres, aprovou a Lei n. 18.226/21, que inclui como conteúdo transversal, no currículo das escolas públicas e privadas do Estado de Santa Catarina, a História das Mulheres do Campo e da Cidade em Santa Catarina. A lei tem como “objetivo promover o conhecimento da história das mulheres de destaque de outros movimentos que contribuíram para a emancipação das mulheres, para alcançar espaços de igualdade de gênero” (Santa Catarina, 2021, art. 1).

Reconhecer a importância da história das mulheres por meio da produção de currículos mais inclusivos abertos às diferentes perspectivas históricas, acaba produzindo um impacto de ordem simbólica, positivo para a formação das identidades femininas e para a construção da igualdade de gênero. Assim, reconhecer a voz e a experiência das mulheres na construção da história da humanidade é fundamental para promover a igualdade de gênero por meio da educação. Nessa direção, as autoras Larissa Costard (2017), Crislaine Matias Tavares Dias (2021), Karine de Fátima Mazarão (2020), Lilian Fernanda Souza Silva (2018) e Ana Carolina Simão Zeferino (2021) oferecem visões críticas a respeito da necessidade da inclusão da história das mulheres nos currículos educacionais, na interface com os estudos de gênero e feminismo, em vista de uma educação mais inclusiva.

Portanto, este artigo tem como objetivo analisar as produções científicas sobre a inclusão da história das mulheres no currículo na



educação básica. Isso se torna crucial para compreender como esse tema tem sido tratado na academia e abre janelas para novas investigações, em vista da construção de políticas que promovam igualdade de gênero, inclusive nos processos educativos.

Este artigo está estruturado em duas seções. Primeiramente, detalhamos o percurso metodológico adotado e apresentamos os trabalhos selecionados, em seguida, realizamos a análise reflexiva da produção levantada, a partir de três subseções.

Percurso Metodológico

O presente artigo aderiu aos critérios da pesquisa de revisão da literatura, que aqui é tomado como método. Ou seja, trata-se de um estudo de caráter qualitativo do tipo exploratório, com base bibliográfica. Joana Paulin Romanowski e Romilda Teodora Ens (2006, p. 39) consideram que pesquisas do tipo Revisão de literatura contribuem com a “organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais”. Assim, os estudos de revisão permitem mapear pesquisas e examinar o conhecimento já elaborado, identificando a evolução e as tendências em determinada área de conhecimento, os enfoques, as temáticas recorrentes, bem como as possíveis lacunas, que apontam novas perspectivas de investigação.

A análise das publicações, além de ampliar a compreensão em torno da temática pesquisada, possibilita reconhecer tendências e fragilidades de estudos realizados e sustentam a iminência de novos conhecimentos. De acordo com Jefferson Mainardes (2018), é por meio da revisão bibliográfica que os(as) pesquisadores(as) se familiarizam com o conhecimento já construído e apontam eventuais lacunas que necessitam ser preenchidas em novos projetos de pesquisa.

Este estudo de revisão se orientou a partir das seguintes etapas: a) elaboração de um objetivo de pesquisa; b) delimitação das fontes bibliográficas, como artigos, teses e dissertações; c) definição das bases de dados, filtros e descritores; d) levantamento dos trabalhos; e) leitura flutuante dos trabalhos localizados; f) definição dos critérios de inclusão e exclusão; g) categorização e análise dos resultados.

Uma vez estabelecido o objetivo, delimitamos o campo da pesquisa científico em três bases de dados virtuais a serem consultadas: Catálogo



de Teses e Dissertações Capes, Scientific Electronic Library Online – SciELO, Portal de Periódicos Capes¹. Para essa revisão não se definiu um recorte temporal, haja vista que já na busca simples encontramos poucos trabalhos. A busca dos dados foi conduzida por meio de dois descritores específicos: Lei n. 18.226/21 e história das mulheres no currículo, com o uso de filtros, como área da Educação e idioma português. Após testar os descritores nas bases de dados, eles foram avaliados como adequados para os propósitos desta pesquisa e identificação dos trabalhos pertinentes ao tema de investigação.

Assim, iniciamos realizando uma busca simples com a utilização das palavras-chave, como: Lei n. 18.226/21 e História das mulheres no currículo. Posteriormente, usamos aspas duplas para as mesmas palavras-chave, em vista de garantir a seleção precisa dos termos.

A busca simples, nas bases de dados selecionadas, identificou apenas 1 (um) artigo referente ao descritor “Lei n. 18.226/21”, não havendo a necessidade de aplicar qualquer filtro, em razão da escassez de produções disponíveis, haja vista ser um tema atual que tem a ver com uma lei recente do Estado de Santa Catarina. No que se refere ao descritor “história das mulheres no currículo”, na busca simples encontramos um total de 413 resultados. Ao aplicar o uso do descritor com aspas, na busca avançada, identificamos 18 trabalhos, conforme apresentamos no quadro que segue.

Quadro 1 – Trabalhos encontrados por descritores nas bases de dados selecionadas

Descritores	Sem uso de filtro	Com uso de filtros
Lei n. 18.226/21	Catálogo de Teses e Dissertações da Capes = 1 SciELO = 0	Catálogo de Teses e Dissertações da Capes = 1 SciELO = 0
História das mulheres no currículo	Catálogo de Teses e Dissertações da Capes = 413 SciELO = 0	Catálogo de Teses e Dissertações da Capes = 18 SciELO = 0

Fonte: organizado pelas autoras (2023).

Todos os trabalhos encontrados foram compilados em uma pasta específica. Após esse processo, efetuou-se a leitura flutuante do resumo e da introdução dos trabalhos, adotando como critérios de inclusão e

¹ O levantamento das publicações ocorreu entre os meses de outubro a novembro de 2023.



exclusão: apresentar no título ou resumo algo sobre a Lei n. 18.226, aprovada no ano de 2021 no Estado de Santa Catarina, e/ou abordar acerca da história das mulheres no ensino e no currículo escolar.

Por meio dos critérios supracitados foram excluídos trabalhos que tratavam separadamente a história das mulheres em áreas, como da física e matemática, os artigos oriundos das teses e dissertações localizadas, os trabalhos duplicados, bem como aqueles que não se incluíam no foco da nossa pesquisa. Como resultado desse processo, foram selecionados um artigo sobre a Lei n. 18.226/21, um artigo e mais 4 (quatro) dissertações sobre a história das mulheres no currículo, perfazendo um total de 6 (seis) produções, que constituem o *corpus* dos trabalhos a serem analisados.

Vale ressaltar que, ao usarmos o descritor “história das mulheres no currículo”, apareceram mais produções que tratavam do ensino da história das mulheres, de modo que incluímos alguns desses estudos que faziam relação com o currículo. Assim, como se observa no Quadro 2, nem sempre no título da produção aparece o termo história das mulheres no currículo na educação básica, de modo que foram incluídos estudos que apresentavam no título o termo “ensino da história das mulheres”. Embora, inicialmente o recorte seria a educação básica, incluímos um estudo que abordava a história das mulheres no currículo do curso de licenciatura em história, uma vez que consideramos ser uma pesquisa significativa pelo impacto na educação básica, pois a licenciatura prepara professores(as) para atuar no referido nível de ensino.

Incluímos, ainda, a única pesquisa encontrada por meio do descritor “Lei n. 18.226/21”, a qual objetivou fazer um mapeamento das mulheres que estavam nos acervos de memória de instituições de Santa Catarina. Em um primeiro olhar, poder-se-ia considerar que este trabalho estaria fora do foco do estudo. No entanto, considerando que o artigo mapeia quem são as mulheres que estão nos registros da história e que poderiam ser estudadas na educação básica, a partir da aprovação da lei que inclui a história das mulheres como conteúdo transversal, optamos por integrá-lo no *corpus* da análise.

A partir do acima exposto, a seguir, apresentamos as publicações que integraram o *corpus* de análise deste artigo.



Quadro 2 – Trabalhos selecionados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e Periódico Capes

N.	Autoras	Título	Programa/ Revista	Tipo de Produção	Ano
1	Karla Simone Willemann Schütz Susane da Costa Waschinewski	Notas iniciais de pesquisa: mapeando a presença de mulheres como titulares de acervos em instituições de memória em Santa Catarina	PerCursos, Florianópolis - SC	Artigo	2022
2	Larissa Costard	Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de História.	Fronteiras & Debates Macapá - AP	Artigo	2017
3	Lilian Fernanda Souza Silva	A história das mulheres no currículo do curso de licenciatura em história da Universidade Federal do Acre.	Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Acre – AC	Dissertação	2018
4	Karine de Fátima Mazarão	História das mulheres e relações de gênero como possibilidades críticas ao ensino de história: repensando as mulheres no Brasil colonial	Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Estadual de Maringá - PR	Dissertação	2020
5	Ana Carolina Simão Zeferino	Ensino de história e decolonialidade: em busca da visibilidade das mulheres populares latino-americanas.	Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual do Norte do Paraná – PR	Dissertação	2021



6	Crislaine Matias Tavares Dias	A (in)visibilidade das mulheres no ensino de história do Brasil: o jogo como recurso pedagógico para a história das mulheres.	Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – MS	Dissertação	2021
---	-------------------------------	---	---	-------------	------

Fonte: organizado pelas autoras a partir dos trabalhos selecionados nas bases de dados (2023).

A categorização dessas unidades ocorreu pela identificação e estabelecimento de relações entre elas, buscando identificar padrões e conexões relevantes, segundo o método da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011), por intermédio da técnica da análise temática, a qual “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 2011, p. 135). Ou seja, com o uso da técnica da análise temática, evidenciamos o que vem sendo discutido na academia a respeito da presença da história das mulheres na educação básica.

Assim, para analisar os trabalhos selecionados, assumimos duas categorias, conforme apresentamos no quadro que segue:

Quadro 3 – Categorias construídas para a análise da produção selecionada

Categorias	Autoras
Memória das mulheres em acervos históricos	Karla Simone Willemann Schütz; Susane da Costa Waschinewski. (2022)
História das mulheres no currículo e no ensino	Lilian Fernanda Souza Silva (2018); Karine de Fátima Mazarão (2020); Ana Carolina Simão Zeferino (2021); Larissa Costard (2017); Crislaine Matias Tavares Dias (2021)

Fonte: organizado pelas autoras (2023).

A história das mulheres no currículo educacional

Na análise dos trabalhos selecionados, observamos que as quatro dissertações foram defendidas em dois Programas de Pós-graduação em



Educação e em dois Programas de Mestrado Profissional em Ensino de História. No que se refere à distribuição regional dos trabalhos, verificamos que estão distribuídos em diferentes regiões geográficas do Brasil, um no Estado do Acre, Região Norte do Brasil (Universidade Federal do Acre – UFAC); três na Região Sul – um artigo no Estado de Santa Catarina e duas dissertações no Estado do Paraná (Universidade Estadual de Maringá – UEM – e Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP); um na Região Centro-Oeste (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS); e outro na Região Sudeste, isto é, um artigo produzido por uma professora vinculada à Universidade Federal Fluminense.

O fato de as dissertações selecionadas estarem vinculadas em programas de áreas, como Educação e Ensino de História, indica a necessidade de uma abordagem interdisciplinar sobre o tema da história das mulheres nos currículos educacionais, mostrando que se trata de uma temática relevante para diferentes áreas do conhecimento acadêmico. Mesmo que sejam poucos trabalhos, a evidência de que eles estão distribuídos em diferentes regiões aponta que a temática da inclusão da história das mulheres nos currículos educacionais é urgente, porque a história de uma parcela da sociedade foi silenciada nos cânones do que considerou a história legítima a ser estudada nos processos educativos.

Conforme se observa no Quadro 1, os trabalhos datam o período de 2017 a 2022. Isso indica que, além de existir pouca produção, essa temática é ainda recente. Os trabalhos exploraram temas, como história das mulheres no currículo e no contexto do Brasil colonial, (in)visibilidade das mulheres populares latino-americanas, pedagogia decolonial e o uso de recursos pedagógicos, como jogos, para tratar da história das mulheres no ensino de história.

Outra questão a se destacar é que todos os trabalhos que abordam a temática da história das mulheres, seja no que se refere à sua invisibilidade no ensino de história ou da necessidade de que seja incluída no currículo, são de autoria feminina. Isso aponta à importância de as mulheres estarem produzindo conhecimento, porque são elas que estão denunciando essa lacuna histórica e sensibilizando a comunidade acadêmica para a importância dessa temática e para a necessidade de possíveis políticas públicas que venham fazer justiça social. Segundo Neiva Furlin (2014, p. 111), “o gênero do sujeito que produz conhecimento exerce influência nas práticas de investigação, de modo



que nenhum conhecimento é puramente objetivo, porque é marcado por aspectos da subjetividade de quem o produz”. Assim, historicamente sendo os homens o sujeito hegemônico do conhecimento, em uma sociedade patriarcal que sobrevalorizou a contribuição histórica do universo masculino, compreende-se a marginalização e a invisibilidade da história construída pelas mulheres.

Após essa visão mais geral sobre os trabalhos selecionados, passamos a analisar as duas categorias que identificamos a partir da leitura flutuante, as quais abarcam perspectivas acerca do ensino da história das mulheres nos currículos, bem como sobre a presença de mulheres em acervos de memória, com o foco na aprovação da Lei n. 18.226/21.

Memória das mulheres em acervos históricos

Criamos esta categoria com um único artigo, em razão de sua especificidade. Com o título *Notas iniciais de pesquisa: mapeando a presença de mulheres como titulares de acervos em instituições de memória em Santa Catarina*, o artigo resultou de uma pesquisa em vista da recente aprovação da Lei n. 18.226/21. Desse modo, ele teve como objetivo fazer um mapeamento da presença das mulheres como titulares de acervos de memórias em diferentes instituições de Santa Catarina. No trabalho mencionado, destacamos a interligação entre memória e história, arquivos, registros pessoais, narrativas históricas e o estudo da história das mulheres. Karla Simone Willemann Schütz e Susane da Costa Waschinewski (2022) constataam que a presença das mulheres como protagonistas nos espaços institucionais de memória ainda é consideravelmente restrita.

Segundo as autoras, abordar acerca da presença das mulheres nas instituições de memória nos coloca diante de uma relação intrínseca com uma série de movimentos sociais vivenciados ao longo das últimas décadas, especialmente nos últimos anos, uma vez que se tem reivindicado acerca da maior visibilidade das mulheres na história. Alguns desses movimentos tiveram como pautas de mobilização a maior participação de mulheres em diferentes espaços de trabalho, para além do âmbito doméstico, e o reconhecimento de suas contribuições em espaços de lideranças, incluindo esferas universitárias e científicas.



Ainda, de acordo com Karla Simone Willemann Schütz e Susane da Costa Waschinewski (2022), se considerarmos a inserção das mulheres no meio acadêmico, ocupando cargos de liderança e desempenhando variados papéis, surge uma oportunidade valiosa para a reflexão sobre suas jornadas, especialmente nos locais dedicados à conservação de suas histórias. As autoras argumentam que ao mapear a representação das mulheres como responsáveis por acervos em instituições de memória, constataram uma lacuna considerável da presença feminina no âmbito do Estado de Santa Catarina, intensificando a pesquisa diante da ausência de informações sobre arquivos pessoais, coleções ou fundos documentais específicos de mulheres, destinados a preservar suas trajetórias no Estado.

Indubitavelmente esse estudo é significativo porque traz em cena quem são as mulheres titulares de acervos em instituições de memória em Santa Catarina, sobretudo quando a referida lei aponta à inclusão da história das mulheres, tanto do campo quanto da cidade, como um tema transversal no currículo escolar.

História das mulheres no currículo e no ensino

Nessa categoria agrupamos os cinco trabalhos encontrados, cuja questão em comum é o fato de tratarem acerca da história das mulheres no currículo escolar. A temática da história das mulheres, ao longo dos anos, tem sido uma área de estudo fundamental para compreendermos não apenas a trajetória feminina em determinado cenário, mas também as dinâmicas sociais, culturais e políticas de uma sociedade.

A pesquisa de Crislaine Matias Tavares Dias (2021), intitulada *A (in)visibilidade das mulheres no ensino de história do Brasil: o jogo como recurso pedagógico para a história das mulheres*, teve como foco a investigação sobre a presença (ou ausência) das mulheres no ensino de história do Brasil, tendo como base o Referencial Curricular do Mato Grosso do Sul, os planos de aula dos professores e o livro didático *Araribá Mais História*. Os resultados revelam que, embora as mulheres tenham sido integradas na historiografia, desde o século XX, nas pesquisas contemporâneas, suas experiências, lutas e conhecimentos ainda estão estereotipados e subestimados na construção das narrativas históricas, refletidas tanto no livro didático quanto no ensino de história na Educação Básica.



Crislaine Matias Tavares Dias (2021) aponta a importância de materiais pedagógicos inclusivos, salientando que a exclusão das mulheres no contexto histórico brasileiro reforça uma educação sexista e perpetua o ensino da história de maneira subserviente ao patriarcado, arraigado na sociedade brasileira, o que contribui para as desigualdades sociais, políticas e econômicas, baseadas na diferenciação de gênero. A autora propõe a utilização de diversas fontes e recursos pedagógicos para ensinar competências e promover a consciência, abordando os processos históricos do Brasil que originaram as desigualdades de gênero.

Em consonância com Crislaine Matias Tavares Dias (2021), Larissa Costard (2017), no artigo *Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de História*, discute os fundamentos teóricos que conduzem à reflexão sobre gênero, currículo e ensino de história na educação básica. Considera o currículo de história como um texto ou narrativa que transmite concepções específicas sobre a história e os atores sociais representados, refletindo, portanto, as relações historicamente situadas de poder na construção dos conhecimentos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem. Larissa Costard (2017) descreve que as narrativas e perspectivas originadas em salas de aula desempenham um papel crucial na formação das identidades sociais dos alunos, de modo que se torna imperativo questionar quais histórias de mulheres são incorporadas na construção do conhecimento escolar, bem como buscar ativamente maneiras de desenvolver currículos que não se restrinjam a uma única narrativa sobre mulheres ou que as excluam das narrativas históricas escolares.

Já a pesquisa de Karine de Fátima Mazarão (2020), intitulada *História das mulheres e relações de gênero como possibilidades críticas ao ensino de história: repensando as mulheres no Brasil colonial*, aponta que a crítica acerca da estruturação do currículo escolar não é um assunto recente. Ao longo do tempo tem surgido diversas críticas em relação ao modelo curricular tradicional, o que aponta para uma gama de possibilidades visando uma reconfiguração substancial. Seu estudo estabelece um diálogo entre a história das mulheres, relações de gênero no ensino de história na ótica do pensamento decolonial. Para a autora, a pedagogia decolonial, a interculturalidade e a colonialidade de gênero são potenciais abordagens curriculares que incorporam as mulheres, em suas diferentes etnias (negras, brancas e indígenas), para pensar a história das mulheres no cenário do Brasil colonial.



Outrossim, Karine de Fátima Mazarão (2020) afirma que a sua investigação se direcionou para as lacunas existentes no que se refere às representações das relações de gênero presentes nos livros didáticos. Esse estudo considerou a omissão e a falta de visibilidade das mulheres, estimulando discussões em torno das dinâmicas de gênero, da representatividade ou da sua ausência no contexto da era colonial no Brasil. Para a fundamentação teórica de seu estudo, a autora assumiu os conceitos de história e relações de gênero, principalmente embasados na abordagem de Joan Wallach Scott, na pedagogia decolonial de Catherine Walsh e na colonialidade do gênero, de María Lugones. Em se tratando de um mestrado profissional, o seu estudo apresenta como produto final uma proposta pedagógica, materializada em um caderno temático, que indica possíveis abordagens para o ensino de história, diferenciando-se daquelas enraizadas nos padrões cristalizados, presentes nos livros didáticos.

Assim como Karine de Fátima Mazarão, Ana Carolina Simão Zeferino (2021), no seu estudo intitulado *Ensino de história e decolonialidade: em busca da visibilidade das mulheres populares latino-americanas*, também assume a perspectiva teórica da decolonialidade em seu estudo de dissertação, uma vez que teve como propósito investigar a presença da história das mulheres populares latino-americanas no currículo do Ensino de História no Brasil. A autora objetivou indicar possíveis caminhos para expandir essa representação, delineando alternativas que demonstrem a importância da viabilidade de superar a invisibilidade histórica das mulheres na Educação Básica. Para isso, buscou analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – aprovada em 2017, especialmente nas orientações destinadas ao ensino de alunos com idades entre 11 e 14 anos. Assumiu como referenciais analíticos as teorias do currículo e a perspectiva decolonial, com destaque para o feminismo decolonial, que coloca em cena a luta, os interesses, as narrativas, os modos de pensamento, as ações e as resistências das mulheres latino-americanas.

Ana Carolina Simão Zeferino (2021) declara que as referências pesquisadas forneceram base para desenvolver um conjunto de estratégias que confronta a narrativa eurocêntrica predominante, permeada pela colonialidade, que restringe a representação dos indivíduos e grupos de origem popular como protagonistas de sua própria história. Seu estudo propôs um guia didático destinado a professoras(es), embasado em pesquisas sobre a história de resistência



das mulheres marginalizadas da América Latina, como as participantes do movimento Zapatista, do Quilombo Conceição das Crioulas, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do movimento Mapuche.

Corroborando com o supraexposto, Lilian Fernanda Souza Silva (2018), na dissertação intitulada *A história das mulheres no currículo do curso de licenciatura em história da Universidade Federal do Acre*, investigou como a história das mulheres se apresenta no currículo do curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Acre (UFAC). Seu estudo foi baseado na análise documental das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, dos Planos de Curso e dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Também fez a aplicação de questionários para as(os) professoras(es) efetivas(os) do curso de Licenciatura em História da Ufac, que eram responsáveis por ofertar as disciplinas que fazem parte do eixo conhecimentos específicos de conteúdos históricos. Os resultados de sua pesquisa identificaram um silêncio sobre as mulheres nos documentos nacionais e institucionais, questão que aparece diferente nos questionários aplicados, já que a maioria das(os) participantes reconhece a importância dos estudos sobre a história das mulheres. Assim, a autora conclui que, apesar de a história das mulheres ser abordada como um tema informal, no cotidiano da sala de aula isso é insuficiente. Faz-se necessário que os conteúdos sejam garantidos no currículo do curso de licenciatura em história, sobretudo porque essas profissionais irão atuar na educação básica e poderão, posteriormente, como profissionais da educação, mobilizar o conhecimento da história das mulheres em suas aulas.

Assim, a análise mostra que os trabalhos de Lilian Fernanda Souza Silva (2018) e Larissa Costard (2017) exploram a história das mulheres no currículo, colecionando apontamentos teóricos que permitem pensar a articulação entre gênero, currículo e ensino de História. Em contrapartida, Karine de Fátima Mazarão (2020) e Ana Carolina Simão Zeferino (2021) abordam a história das mulheres e as relações de gênero no ensino de História sob a ótica do pensamento decolonial. Esses estudos consideram a pedagogia decolonial, a interculturalidade e a colonialidade de gênero como ferramentas de análise e abordagem curricular. Tais abordagens propõem a inclusão das mulheres – negras, brancas, indígenas – no ensino de História. De acordo com as autoras, essas perspectivas oferecem uma compreensão mais abrangente e crítica



da história, visando ressignificar narrativas e perspectivas tradicionais, a fim de incorporar as diversas contribuições das mulheres na construção histórica do país.

Lilian Fernanda Souza Silva (2018), Larissa Costard (2017), Karine de Fátima Mazarão (2020), Ana Carolina Simão Zeferino (2021) e Crislaine Matias Tavares Dias (2021) sustentam a argumentação de que os registros históricos tradicionais têm apresentado uma inclinação tendenciosa ao retratarem as mulheres de maneira seletiva, perpetuando, dessa forma, uma perspectiva histórica centrada, predominantemente, na figura masculina. Essa análise sublinha a importância crítica de reconhecer e integrar de forma mais abrangente as contribuições das mulheres nas narrativas históricas.

Considerando a análise dos trabalhos levantados na revisão de literatura, infere-se que o dispositivo legal presente no artigo 1º, da Lei n. 18.226/21, é um avanço porque delineia uma significativa diretriz educacional, ao propor a incorporação da História das Mulheres do Campo e da Cidade em Santa Catarina como conteúdo transversal no currículo da educação básica, isso porque se sai do campo da responsabilidade de uma disciplina apenas. Essa medida, aplicável às instituições públicas e privadas de ensino, no Estado de Santa Catarina, emerge como um marco relevante em um contexto em que a perspectiva de gênero nas políticas segue sendo disputada. Ademais, essa lei, se regulamentada, pode ampliar consideravelmente a visão dos(as) estudantes acerca de quem são os sujeitos que fizeram história, contribuindo com o desenvolvimento social e cultural da sociedade catarinense. Ao estabelecer essa inclusão, a legislação não apenas reconhece a importância da representação da pluralidade de vivências femininas no contexto histórico local, mas também reforça o compromisso com uma educação mais abrangente, inclusiva e comprometida com a valorização da diversidade e a compreensão holística do passado (Santa Catarina, 2021).

Autoras de referência dos trabalhos selecionados

Ao se tratar de produção acadêmica sobre o ensino e a inclusão da história das mulheres no currículo educacional, consideramos importante verificar os(as) principais autores(as) usados no referencial teórico das produções levantadas. Isso porque, nesse cenário, é significativo verificar se as autoras dos trabalhos se apropriam das



contribuições das mulheres e, especificamente, das que se vinculam às teorias feministas e estudos de gênero. Desse modo, no quadro que segue, evidenciamos as autoras de referência mapeadas nos trabalhos selecionados.

Quadro 4 – Principais autores de referência utilizados nos trabalhos selecionados

Título da Produção	Autoras Base
A história das mulheres no currículo do curso de licenciatura em história da Universidade Federal do Acre	Taisa de Sousa Ferreira Michelle Perrot Joan Wallach Scott
História das mulheres e relações de gênero como possibilidades críticas ao ensino de história: repensando as mulheres no Brasil colonial	Mariza Vorraber Costa Lélia Gonzalez Louro, Guacira Lopes María Lugones
Ensino de história e decolonialidade: em busca da visibilidade das mulheres populares latino-americanas	Ochy Curiel Michele Guerreiro Ferreira María Lugones Joan Wallach Scott
Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de história.	Selva Guimarães Fonseca María Lugones Ana Maria F. C. Monteiro Catherine Walsh
A (in)visibilidade das mulheres no ensino de história do Brasil: o jogo como recurso pedagógico para a história das mulheres.	Guacira Lopes Louro María Lugones Michelle Perrot Joan Wallach Scott
Notas iniciais de pesquisa: mapeando a presença de mulheres como titulares de acervos em instituições de memória em Santa Catarina	Ana Maria de Almeida Camargo Janice Gonçalves Michelle Perrot

Fonte: organizado pelas autoras (2023).

Observamos que as produções selecionadas têm se fundamentado em autoras clássicas do feminismo e dos estudos de gênero, como: Michelle Perrot, Joan Wallach Scott, Guacira Lopes Louro e María Lugones. Essas teóricas foram consistentemente citadas em cinco dos seis estudos examinados. São autoras que deram uma contribuição teórica significativa para a consolidação do campo dos estudos de gênero. As contribuições dessas teóricas fornecem perspectivas singulares que aprimoram nossa compreensão sobre a interseção entre educação, gênero e diversidade cultural. Seus estudos inspiram a necessidade de reconhecer e enfatizar a contribuição das mulheres em diferentes esferas políticas e sociais, oferecendo *insights* valiosos sobre a



história das mulheres e sua relevância nos estudos educacionais e culturais.

É notável que as referidas autoras são nomes relevantes dos estudos feministas e de gênero desde as perspectivas críticas sobre a história das mulheres, evidenciando uma abordagem interdisciplinar e complexa na análise sobre a história das mulheres e de sua inclusão nos currículos educacionais. Vale destacar que o artigo *Notas iniciais de pesquisa: mapeando a presença de mulheres como titulares de acervos em instituições de memória em Santa Catarina* buscou na autora Michelle Perrot a categoria História das mulheres na história como um dos principais aportes teóricos.

Verificamos nos trabalhos que, além de serem todos de autoria feminina, eles valorizam as bases teóricas de autoras mulheres, sobretudo vinculadas aos estudos de gênero e do feminismo. Isso aponta uma abordagem crítica necessária para questionar o silenciamento ou invisibilidade da história das mulheres no ensino e nos currículos educativos. Também, considerando os diferentes contextos históricos, culturais e sociais, identificamos a presença de autoras latino-americanas, como Mariza Vorraber Costa e Ochy Curiel, o que indica uma preocupação em incorporar perspectivas regionais e decoloniais na discussão sobre a representação das mulheres na história e no ensino. Nessa perspectiva, é interessante notar que o referencial teórico de Maria Lugones, como uma feminista decolonial, é recorrente em vários trabalhos, evidenciando sua influência nos estudos levantados. Isso porque, a perspectiva decolonial problematiza a construção da história do ponto de vista do sujeito universal, ou seja, do homem branco, europeu e cis-heterossexual que, sendo o principal sujeito do conhecimento, acabou excluindo a história de outros sujeitos minoritários, dentre os quais, a história das mulheres.

Identificamos que Lilian Fernanda Souza Silva (2018), Larissa Costard (2017), Karine de Fátima Mazarão (2020), Ana Carolina Simão Zeferino (2021) e Crislaine Matias Tavares Dias (2021) apresentam, em seus estudos, perspectivas críticas sobre gênero, diversidade e inclusão social, elementos também importantes para promover uma sociedade justa e igualitária. Lentes teóricas críticas são fundamentais para desconstruir e desnaturalizar uma história que produziu desigualdade e estereótipos de gênero prejudiciais para a vida das mulheres. Assim, consideramos que o debate de gênero nos currículos educacionais é fundamental para problematizar a ausência das mulheres nas narrativas



históricas. Nessa direção, fazer pesquisas sobre essa temática pode ser considerada uma urgência, no sentido de questionar os construtos científicos, que não somente silenciaram a voz das mulheres, como também invisibilizaram suas contribuições históricas. E, conseqüentemente, isso implica revisitar e corrigir as lacunas históricas, assegurando que as futuras gerações tenham uma visão mais real e ampla da história, que até há pouco tempo era contada aos estudantes. Isto é, ensinava uma história parcial produzida a partir da perspectiva da visão de sujeitos masculinos, brancos e heterossexuais.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar as produções científicas sobre a inclusão da história das mulheres no currículo na educação básica. Para isso, consultamos as bases de dados, como o Catálogo de Teses e Dissertações Capes, o SciELO e o Portal de Periódicos Capes, onde encontramos poucos estudos sobre a história das mulheres como conteúdo curricular. A escassez de material disponível, especialmente em relação à Lei n. 18.226/21, que inclui a história das mulheres no currículo da educação básica no Estado de Santa Catarina, sublinha a urgência de novas pesquisas tanto sobre a sua regulamentação quanto acerca dos processos de sua implementação, em vista de contribuir com estudos sobre políticas com perspectiva de gênero no âmbito da Educação.

A revisão de literatura mostra que a autoria dos estudos que problematizam o silenciamento ou a ausência da história das mulheres, tanto no ensino de história quanto no currículo escolar, é feminina. E, esses estudos têm tomado como base referenciais teóricos de autoras clássicas, que contribuíram na consolidação do campo dos estudos feministas e de gênero. Isso indica que, ao produzir conhecimento, as autoras dos estudos levantados também estão dando visibilidade às abordagens teóricas elaboradas por mulheres, dando uma contribuição significativa com o avanço do conhecimento científico.

Este estudo evidenciou que são poucos os trabalhos acadêmicos que problematizam a necessidade do ensino da história das mulheres nos processos educativos; que abordam a necessidade de sua inclusão nos currículos; que questionam os construtos científicos que não somente silenciaram a voz das mulheres, mas também negligenciaram suas contribuições históricas, políticas e sociais. Assim, faz-se necessário



corrigir essa lacuna histórica para garantir que as futuras gerações tenham acesso a uma parte da história que, por muito tempo, foi negligenciada aos estudantes.

Desse modo, acreditamos ser importante a reconstrução do currículo, considerando a política de reconhecimento, conforme argumenta Nancy Fraser (2008), como forma de promover a justiça social às mulheres. Consideramos que o reconhecimento da identidade e das contribuições históricas das mulheres para o desenvolvimento sociocultural da humanidade é, sim, uma forma de fazer justiça social, observando que são séculos de exclusão e de invisibilização impostas pelo sistema patriarcal que privilegiou os sujeitos masculinos como protagonistas da história.

Diante de tal contexto, torna-se necessário implementar políticas públicas que garantam currículos mais inclusivos e que reconheçam a contribuição histórica das mulheres no desenvolvimento social, cultural e político da sociedade. Isso não somente valoriza a participação das mulheres nos diferentes cenários da vida social, como também mobiliza a construção de relações igualitárias de gênero, fortalecendo a democracia e construção de uma sociedade baseada na justiça social. Visibilizar e tornar conhecida a história das mulheres, por meio da educação, pode, ainda, exercer poder simbólico no sentido de promover a emancipação social de jovens estudantes, a fim de atuarem ativamente contra as desigualdades sociais a partir da subversão às categorias e discursos que promoveram a sua inferioridade e invisibilização (Fraser, 2008).

Considerando que o Estado de Santa Catarina recentemente aprovou uma lei que inclui, como conteúdo transversal, no currículo das escolas públicas e privadas, a história das mulheres do campo e da cidade, torna-se fundamental pesquisas que apontem como ocorreu o processo de construção dessa lei ou mesmo como ela vem sendo implementada no chão da escola. Isso porque é urgente uma revisão crítica dos conteúdos curriculares, em vista da construção de uma educação equitativa, menos excludente e mais justa.

Referências

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional. *In*: MOREIRA, Antônio Flávio; TADEU,



Tomaz. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. **Acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras**. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 22 set. 2023.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES. Home. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 22 set. 2023.

COSTARD, Larissa. Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de História. **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 4, n. 1, p. 159-175, jan./jun. 2017.

DIAS, Crislaine Matias Tavares. **A (in) visibilidade das mulheres no ensino de história do Brasil**: o jogo como recurso pedagógico para a história das mulheres. 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai, 2021.

FRASER, Nancy. La justicia social en la era de las políticas de identidad: Redistribución, reconocimiento y participación. **Revista de Trabajo**, año 4, n. 6, Agosto/Diciembre 2008.

FURLIN, Neiva. A categoria de gênero e o seu estatuto na produção do conhecimento: algumas considerações teóricas sociais e humanas. **Revista Sociais & Humanas**, Santa Maria, v. 27, n. 2, p. 110-127, maio/ago. 2014.

GAJARDO, Jesús Marolla; GUTIÉRREZ, Nicol; FUENTES, Nicole. Problemas históricos: análisis en torno a la ausencia de las mujeres y su historia en los currículos de Chile y Perú. **Educación**, año 30, n. 59, p.



132-150, septiembre 2021. DOI:
<https://doi.org/10.18800/educacion.202102.007>.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MAINARDES, Jefferson. Metapesquisa no campo da Política Educacional: Elementos conceituais e metodológicos. **Educar em revista**, v. 34, p. 303-319, 2018.

MAZARÃO, Karine de Fátima. **História das mulheres e relações de gênero como possibilidades críticas ao ensino de história**: repensando as mulheres no Brasil colonial. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

PERIÓDICOS CAPES. **Home**. Disponível em:
<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez225.periodicos.capes.gov.br/index.php?> Acesso em: 22 set. 2023.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Revista Diálogos Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 37-50, 2006. Disponível em:
<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 16 dez. 2023.

SANTA CATARINA. Lei n. 18.226, de 13 de outubro de 2021. Inclui como conteúdo transversal, no currículo das escolas públicas e privadas do Estado de Santa Catarina, a História das Mulheres do Campo e Cidade em Santa Catarina. **Diário Oficial do Estado**, Florianópolis, 13 de outubro de 2021. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SCHÜTZ, Karla Simone Willemann; WASCHINEWSKI, Susane da Costa. Notas iniciais de pesquisa: mapeando a presença de mulheres como titulares de acervos em instituições de memória em Santa Catarina. **PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 40-465, jan./abr. 2022.



SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE. Disponível em: <https://search.scielo.org/?lang=pt&q=au:Noronha,%20Daisy%20Pires>. Acesso em: 22 set. 2023.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., p. 71-99, 1995.

SILVA, Lilian Fernanda Souza. **A história das mulheres no currículo do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre**. 141 f. Dissertação (Mestrado Nacional Acadêmico em Educação) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2018.

ZEFERINO, Ana Carolina Simão. **Ensino de História e decolonialidade**: em busca da visibilidade das mulheres populares latino-americanas. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação Básica) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2021.

Women's history as curricular content in basic education: a literature review

ABSTRACT: The objective of the study is to analyze scientific productions on the inclusion of women's history in the curriculum in basic education. This is a bibliographical review of works indexed in databases. Based on the established criteria, six productions were selected that constituted the corpus of works, which were analyzed based on two analytical categories: i) Law n. 18,226/21; ii) Women's History in the curriculum. The research indicates that there are few studies on women's history in the school curriculum. All works are by women and problematize the silencing or absence of the history of women's contributions to society.

KEYWORDS: History of Women. School curriculum. Law n.18226/21.



Gisele Dall'Igna Dallorsoletta

Mestranda em Educação. Licenciada em História e Bacharel em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Especialista em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário pela Unoesc. É professora no Curso de Direito da Unoesc e membro do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Cidadania (GEPPeC)

E-mail: gisele.dallorsoletta@unoesc.edu.br

Neiva Furlin

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com estágio de doutorado na Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM). Pós-doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Cidadania (GEPPeC).

E-mail: nfurlin@yahoo.com.br

Recebido em: 31/12/2024

Aprovado em: 14/04/2025